

De: Nuno Cravino [mailto:nuno.cravino@gmail.com]
Enviada: sexta-feira, 18 de Setembro de 2009 16:37
Para: Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (Secretária-Geral)
Assunto: Re: FW: Eleições Legislativas de 2009 - Medidas de Política de Família

Boa Tarde,

Após algum tempo penso poderei dar resposta aos pontos que me enviaram.

Antes de mais penso que devo assentar dois pontos essenciais sobre a forma como abordei pessoalmente este assunto.

Por um lado existiu uma preocupação que me ocupou durante o estudo das matéria familiares, sendo esta a de ser necessário em primeiro lugar colocar não só a protecção da unidade familiar, seja qual for o seu tipo, mas principalmente a protecção dos direitos e liberdades dos próprios filhos e das condições de vida destes.
Com esta preocupação em mente a minha linha pessoal de acção diferiria um pouco da vossa em dar mais ênfase às crianças em si, do que a questões legais de ordem conjugal familiar, mas não a vejo como incompatível.

Por outro lado o MMS defende a responsabilidade na sociedade em geral e no estado, pelo que não posso deixar de pensar que não há razões para beneficiar as famílias numerosas de modos que as restantes não são.
Os indivíduos devem ser responsáveis pelas suas acções e não incorrer em situações para as quais não tenham condições de vida para sustentar, mas sim trabalhar para que possam vir a tê-las no menor curto espaço de tempo possível.

Claro que compreendo que é necessário a todo o custo manter o nível de vida das crianças que em nada têm haver com as escolhas subjacentes ao seu nascimento. Este ponto é claramente direccionado a um pequeno conjunto de pessoas que tenta ver nos filhos uma fonte de rendimento e pelo que entendo é uma rara excepção e não uma regra no caso das famílias numerosas.

Coloco em anexo as respostas às vossas perguntas e convido à leitura do [programa do MMS](#) que contém propostas que poderão interessar à vossa associação.

Os melhores cumprimentos,
Nuno Cravino

Todas as respostas reflectem a opinião do candidato pelo círculo do Porto, Nuno Cravino, encontrando-se devidamente fundadas nos princípios do MMS, ainda que possam existir diferenças quanto à forma de aplicação das medidas em relação aos restantes candidatos.

1 – Indiferente

Coloco nesta pergunta Indiferente pois as repercussões fiscais teriam de ser bem estudadas e colocadas frente a frente com possíveis alternativas que possam surgir para determinar o caminho mais eficaz, como tudo o que possa afectar o sistema económico-fiscal e a sociedade.

2 – Discordo

Concordo com a ideia mas discordo com o método de aplicação pois penso que esta medida poderia ser aplicada através não de modificações no sistema fiscal mas de uma atribuição justa de abonos aos dependentes, penso que o sistema fiscal se deve manter o mais simplificado possível para evitar demoras e erros no processamento.

3 – Concordo

Em geral tudo o que for considerado bem de primeira necessidade seja para crianças, adultos ou idosos deverá ter o IVA reduzido.

4 – Indiferente

Compreendo a medida mas mais uma vez as repercussões teriam de ser estudadas, desta vez também em termos de mobilidade. Ainda que a redução do imposto se for calculado progressivamente conforme o tamanho do agregado poderá ser considerado.

5 – Indiferente

A introdução do novo número 13 no artigo 112º poderá ser pensada, mas tem que existir uma preocupação essencial com possíveis abusos desta medida.

6 – Concordo

7 – Concordo

Devendo ser tomadas medidas para prevenir abuso e garantir a utilização destes fundos em prol do desenvolvimento do dependente.

8 – Concordo

Concordo que deva ser estimada a sustentabilidade tendo em conta todos os factores importantes para o cálculo e para evitar a falência do sistema devido a um aumento excessivo da população idosa não activa (que deverá ser contra-actuado com políticas de natalidade e emprego).

9 – Discordo

No actual estado da segurança social é impensável, no futuro talvez possa vir a existir uma medida deste tipo mas penso que deve em primeiro lugar ser criado um sentido de responsabilidade não só de pais para os filhos mas também no sentido inverso, sem que isto signifique um excessivo peso na vida dos filhos.

10 – Concordo

Além de reduzir o desperdício seja de recursos naturais ou intelectuais poderia vir a reduzir o número de páginas dos livros dada a não necessidade de espaço para realizar os exercícios nestes, o que reduziria com certeza o seu preço.